

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2004
(Do Sr. César Bandeira e outros)

Dá nova redação ao art. 14, § 6º, da Constituição Federal, para tornar obrigatório o afastamento prévio do Presidente da República, de Governadores de Estado ou do Distrito Federal e de Prefeitos candidatos à reeleição.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 6º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14.....

.....

§ 6º Para concorrerem à reeleição ou a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem se afastar do exercício dos respectivos mandatos seis meses antes do pleito.

....."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A experiência histórica tem demonstrado que o constituinte derivado cometeu um equívoco quando - ao permitir, em 1997, a reeleição dos detentores de cargos eletivos no poder executivo - não adotou, para o caso, a regra, tradicional em nosso país, de impedir que o presidente da República, os governadores e os prefeitos se apresentem candidatos sem se afastarem, com anterioridade de seis meses, dos cargos que exercem.

Desde então, tivemos dois pleitos eleitorais de amplitude nacional e estadual (presidente e governadores) e dois pleitos de amplitude municipal (prefeitos). Nas quatro oportunidades, o exercício simultâneo dos papéis de chefe do executivo e de candidato por alguns dos principais personagens dos processos eleitorais se mostrou prejudicial à lisura das disputas.

No caso das eleições municipais, a situação mostra-se particularmente grave. Como se sabe, são mais de cinco mil municípios a escolherem prefeitos e vereadores; e a capacidade de controle das administrações municipais pela Justiça Eleitoral e pela imprensa muitas vezes não ultrapassa o plano das boas intenções. Com isso, a vantagem de quem pode monitorar sua candidatura a partir do posto de maior poder estatal na circunscrição deturpa, certamente, o caráter igualitário do processo eleitoral.

O problema, sobejamente diagnosticado por políticos e pesquisadores da matéria, pode ser resolvido com uma mudança simples do texto constitucional, sem prejuízo para qualquer das partes envolvidas (eleitorado, Justiça Eleitoral, candidatos, partidos). Basta obrigar, ao prévio afastamento, o detentor de cargo no executivo que deseje reeleger-se. Para tanto, propõe-se uma ligeira extensão do campo coberto pelo atual § 6º do art. 14 da Constituição Federal: a proibição de concorrer no cargo, que hoje só não abarca a recandidatura, passaria a incluir também essa hipótese.

Além de preservar o processo eleitoral, a norma proposta protege a administração pública dos excessos que pode cometer um administrador no calor de disputa relevante para seu futuro político. Ainda que não pressuponhamos a desonestidade, parece razoável evitar que uma pessoa

que se expõe diretamente ao estresse de uma campanha eleitoral porte, ao mesmo tempo, a caneta capaz de decidir sobre os aspectos mais importantes da administração do município, do estado ou do país.

Registre-se, ainda, um efeito colateral positivo da inovação legal proposta. Para que os futuros candidatos à reeleição possam a ela dedicar-se com tranquilidade, deverão, na primeira eleição, pactuar a composição de suas chapas com candidatos a vice-prefeito, vice-governador e vice-presidente que com eles comunguem valores e interesses. E, evidentemente, a convergência política e ideológica entre candidatos que se apresentam em aliança aos eleitores constitui um fator favorável à legitimidade e clareza da disputa eleitoral.

Por esse conjunto de motivos, a presente proposição espera contar com o apoio decidido da maioria dos parlamentares, não apenas para que seja aprovada como para que isso ocorra em tempo hábil para valer para as próximas eleições.

Sala das Sessões, em de de 2004.

Deputado César Bandeira